



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570789 - SE (2020/0080230-8)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ETELVINO MENDONCA SANTOS  
**ADVOGADO** : ETELVINO MENDONÇA SANTOS - SE011703  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO  
**PACIENTE** : ROSEANE PATRICIA DE LIMA SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : ALEX BARRETO SANTOS  
**CORRÉU** : ANA MARIA FERREIRA POSSIDONIO SANTOS  
**CORRÉU** : JOEL PATRICIO DE LIMA  
**CORRÉU** : ROSIMEIRE TELES DA SILVA SANTOS  
**CORRÉU** : ROSINEIDE SILVA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : THIAGO BATISTA DA EXALTACAO  
**CORRÉU** : GIBALDO SOUZA SANTOS  
**CORRÉU** : JOSE EDILSON DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : MARIA JOSE BARRETO TEODORO  
**CORRÉU** : ROSANGELA LIMA DE ASSIS

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO DOMICILIAR. ESTELIONATO QUALIFICADO, USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE CÓPIAS DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO DOMICILIAR E DO ACÓRDÃO TIDO COMO ATO COATOR. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

*Writ* indeferido liminarmente.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Roseane Patrícia de Lima Santos**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – que manteve a prisão domiciliar da paciente, imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe (fls. 167/169 – Autos n. 0805721-65.2019.4.05.8500), pela prática, em tese, dos crimes de estelionato qualificado, uso de documento falso e falsificação de documento público –, alegando-se constrangimento ilegal consistente no excesso de prazo para a formação da culpa.

Sustenta o impetrante, em síntese, *que a paciente encontra-se em regime de*

*prisão domiciliar há mais de 8 (oito) meses (fl. 3), [...] desde o início do inquérito e até o presente dia, o que por si só, já deixa clara a forma morosa e despreocupada com que o juízo “a quo” está tratando o direito de ir e vir da paciente, onde mesmo não tem ao menos a previsibilidade do término das audiências de instrução (fl. 8).*

No entanto, o presente *writ* deve ser indeferido liminarmente, pois os autos não estão suficientemente instruídos, uma vez que carecem de cópia da decisão de primeiro grau que decretou a prisão domiciliar e do acórdão tido como ato coator, peças indispensáveis para que seja possível verificar a verossimilhança das alegações.

Isso porque o *rito do habeas corpus – e do recurso ordinário em habeas corpus – pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente (precedentes), o que não ocorreu no caso vertente* (HC n. 541.104/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 27/2/2020).

Confirmam-se julgados nesse sentido: AgRg no HC n. 552.240/PE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 27/2/2020; e HC n. 558.199/SP, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo Desembargador convocado do TJ/PE, Quinta Turma, DJe 16/3/2020.

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator